

# ACESSIBILIDADE: SERÁ QUE AS UNIVERSIDADES ESTÃO PREPARADAS PARA ATENDER ADOLESCENTES E ADULTOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS?

Liz do Nascimento Andrade<sup>1</sup> | Edson Paulo Santos Lima<sup>2</sup>

Direito



**cadernos de  
graduação**  
ciências humanas e sociais

ISSN IMPRESSO 1980-1785

ISSN ELETRÔNICO 2316-3143

## RESUMO

Algumas pessoas sofrem com algum tipo de deficiência, e quando ela é física dificulta ainda mais a sua entrada em algumas instituições de ensino superior. O que antes era visto como anomalia, hoje é visto como “diferente” e ainda que exista um preconceito nas instituições, elas precisam se adequar a esses indivíduos para quebrar a indiferença. E ainda que haja a legislação a favor desses portadores será que as universidades estão preparadas para receber esses alunos, tanto na parte de estrutura física quanto na parte do acolhimento docente? Este estudo objetivou verificar os direitos que esses alunos têm para ter acesso à universidade e se a universidade cumpre com o seu dever se adequar para esse público.

## PALAVRAS-CHAVE

Deficiência física. Mental, Visual e Auditiva. Acessibilidade. Inclusão.

## ABSTRACT

Some people suffer from some kind of impairment, and when it is physical is even more difficult to enter into some higher education institutions. What was once seen as an anomaly is now seen as “different”, and even if there is some bias in institutions, they need to adapt to these individuals to break the indifference. And although there is legislation in favor of these people, the universities are prepared to receive these

students, both in physical structure and the reception of the teacher? This study aims to determine the rights that these students have to access the university and if the university fulfills its duty of adapting to these people.

## **KEYWORDS:**

Impairments and Disabilities .Accessibility. Inclusion.

## **1 INTRODUÇÃO**

O termo acessibilidade vem sendo discutido em todos os segmentos sociais, principalmente nas instituições de ensino. O grande foco é o de sensibilizar a sociedade e fazer com que o corpo docente em seus diversos níveis, mude a forma de agir diante das mudanças que estão ocorrendo em nossa educação.

Tais inclusões vêm passando por um processo educacional que ainda está sofrendo modificações, para melhor atender as pessoas com necessidades especiais, fazendo com que elas tenham acesso ao campo de trabalho sem tantas limitações; limitações essas, como não ler porque não têm livros em braile ou sonoro, pessoas que não sabem lidar com esse público e acabam fazendo gestos em que o deficiente não tem como entender ou é deixado falando sozinho. E ainda, a questão da locomoção. É por esses motivos e outros que o corpo docente deve ter orientação para saber lidar com pessoas com necessidades especiais, até porque elas, também, fazem parte da sociedade. Entretanto, é uma questão delicada que requer paciência, comprometimento e dedicação de todos.

Hoje, a meta na educação é promover uma melhor socialização. As instituições de ensino estão procurando professores capacitados para lidar com pessoas com necessidades especiais, visando quebrar paradigmas e promover a inclusão de todos.

Normalmente quem trabalha com adultos portadores de deficiência está exposto a problemas, até porque acaba se envolvendo com a vida do outro. Acaba não só sendo professor, mais sim, se envolvendo na vida pessoal do deficiente: a residência, a família, a alimentação, a comunidade em que reside, a saúde. Sendo que se vivencia tudo isso na escola, lugar que os pedagogos (professores) têm mais contatos com as pessoas com necessidades especiais e que, como estão com ela todos os dias, é possível conhecer um pouco mais a pessoa e o que se deve fazer para lidar com ela, isso não quer dizer que todos os seus problemas serão resolvidos e sim que, com comprometimento as dificuldades existentes nas escolas atuais, serão inimizadas.

## 2 EDUCAÇÃO ESPECIAL AOS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS NO ENSINO SUPERIOR

Em 1994 houve uma Conferência Mundial estruturada em torno de uma Ação de uma Educação Especial, evento esse organizado pelo governo da Espanha em cooperação com a UNESCO, representando 88 (oitenta e oito) governos e 25 (vinte e cinco) organizações internacionais reunidas em assembleia, no período de 7 a 10 de junho do mesmo ano em Salamanca na Espanha (DECLARAÇÃO..., 1994).

Independente de qual seja a deficiência, a pessoa tem direito a uma vida socialmente normal. Portanto, tem total direito de viver independente o que para isso é necessária adaptação de ambiente físico, capacitação das pessoas que vão ter contato com a mesma e adequação dos produtos em que as pessoas com necessidades especiais possam ter contato e entendimento.

Atualmente a educação especial está voltada para a educação e a diversidade, ou seja, para todas as pessoas que apresentem alguma dificuldade de aprendizagem que requeira uma medida educativa especial, seja por aspectos cognitivos, físicos, sensoriais, culturais, religiosos, raciais ou regionais. Conjuntos de recursos humanos e materiais postos à disposição do sistema educativo para que este possa responder adequadamente às necessidades que, de forma transitória ou permanente, possam apresentar alguns dos alunos.

O estudioso Santomé (1995) acredita nas possibilidades da escola e na força da pedagogia como “uma forma de luta político - cultural” para transformação da sociedade. Ele considera que as instituições escolares são lugares de luta e socialização:

como missão expandir as capacidades humanas, favorecer as análises e processos de reflexão em comum da realidade, desenvolver nas alunas e alunos os procedimentos e destrezas imprescindíveis para sua atuação responsável, crítica, democrática e solidaria na sociedade. (SANTOMÉ, 1995, p. 175).

Assim, ao se querer modificar a sociedade, deve-se começar por modificar as relações sociais; a maneira de pensar o outro, pois as alterações superficiais nos pensamentos diários sobre o tipo de sociedade na qual se gostaria de viver não são adequadas a nenhuma transformação social profunda nesse modo de pensar. A real transformação social exige que se modifique as categorias básicas de pensamento; exige uma reforma de pensamento no sentido proposto por Edgar Morin (2001 apud AQUINO, [s.d.], p. 11), “que alteremos todo o arcabouço intelectual no qual acolhemos nossas experiências e percepções.” Com efeito, precisa-se exercitar a cognição.

## 3 A EDUCAÇÃO SUPERIOR ESPECIAL, APÓS A MUDANÇA NA LEI

O Ministro de Estado da Educação, interino, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e no Decreto no 2.306, de 19 de agosto de 1997 e, considerando a necessidade de asse-

gurar aos portadores de deficiência física e sensorial condições básicas de acesso ao ensino superior, de mobilidade e de utilização de equipamentos e instalações de ensino, resolve:

Art. 1º Determinar que sejam incluídos nos instrumentos destinados a avaliar as condições de oferta de cursos superiores, para fins de autorização e reconhecimento e de credenciamento de instituições de ensino superior, bem como para renovação, conforme as normas em vigor, requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de necessidades especiais.

Art. 2º A Secretaria de Educação Superior, com apoio técnico da Secretaria de Educação Especial, estabelecerá os requisitos de acessibilidade, tomando-se como referência a Norma Brasil 9050, da Associação Brasileira de Normas Técnicas, que trata da Acessibilidade de Pessoas Portadoras de Deficiências a Edificações, Espaço, Mobiliário e Equipamentos Urbanos. (MEC, 2003, [n.p.]).

Tais leis estabelecem direitos a todos que possuam alguma deficiência, seja motora ou mental, não apenas o direito de ir e vir que está na Constituição Federal, art. 5, mas sim, fazendo com que todos tenham livre e fácil acesso aos meios educacionais, sendo respeitado diante das suas possíveis limitações.

#### **4 ACESSIBILIDADE NA UNIVERSIDADE TIRADENTES: COMO ISSO ACONTECE ANTE AS POSSÍVEIS DIFICULDADES E DIFERENTES DEFICIÊNCIAS**

Em 3 de Maio de 1996, um grupo de 4 professores do Curso de Serviço Social da Universidade Tiradentes (UNIT), sendo 2 Psicólogos e 2 Assistentes sociais, pensou, elaborou e apresentou ao Departamento de Ciências Sociais, o projeto de criação do Núcleo de Atendimento Psicossocial (NAPS). Esse projeto teve como objetivo melhorar a aprendizagem e o desenvolvimento intelectual dos alunos, sendo que atingiram não apenas o alunado, ainda as relações de professores com professores e/ professores e Instituição. Fazendo com que todos despertassem motivação com a Filosofia educacional da Instituição e, também, prestar serviço à comunidade no sentido de orientá-los vocacionalmente, possibilitando uma escolha consciente em sua carreira profissional.

O grupo de professores era composto por: Psicólogas – Ana Olívia Freire Sotero de Menezes e Glayde Selma M.Schapke e Assistentes Sociais – Cândida Margarida de Oliveira Matos e Maria Guadalupe Alves de Oliva. Após cumprir todo o trâmite legal, o projeto foi aprovado pelo Departamento e pela Reitoria, com algumas modificações. Entre elas, os recursos humanos contariam com uma Psicóloga, sendo indicada a professora Glayde Selma, mentora da proposta e uma Assistente Social, a professora Cândida Margarida, que em função de sair de licença gestação, foi substituída pela professora Maria José Teles Melo Coutinho. O NAPS funcionava em um espaço cedido pela instituição, no mini shopping, entre os blocos A e B, pode-se dizer que essa foi a primeira fase que durou aproximadamente 3 anos.

Nessa primeira fase as atividades foram voltadas para: a) o atendimento dos alunos; b) atendimento a professores; c) atendimento à comunidade e d) grupo de estudos. Já na segunda fase. O NAPS se caracterizou, além dos atendimentos propostos, para o direcionamento a três focos distintos: a) Trezena de Santo Antonio e Novena Natalina; b) Cadastro de moradias para estudantes de outras cidades e/ou Estados (apartamentos, hotéis, pensionatos, pousadas) e c) Sarau cultural, às sextas-feiras depois das 22h, com apresentações de músicas, danças e poesias com participação de alunos da instituição e fora dela, como forma de integrar a universidade à sociedade. Fizeram parte desta fase os professores Antonio da Conceição Ramos e Sebastião Weber. Também atuaram nesta fase: como Assistente Social, Rosangela S. de Araujo e como Psicólogas Glayde Selma Champ e Elaine Pereira Terrasi e encerrou-se em 2001.

Entre a segunda e a terceira fase há um período de vacância, visto a necessidade de se refletir sobre o objetivo proposto pelo núcleo, de forma a atender às demandas e as transformações da sociedade. A memória das 1ª e 2ª fases foi possível graças aos depoimentos de parte dos envolvidos, como Profa. Cândida Margarida, profa. Maria José Coutinho, A. Social Rosangela Araujo e Psicóloga Ana Olívia Sotero e alguns documentos do arquivo da Diretoria de Graduação e de arquivo particular tanto de Rosangela quanto de Ana Olívia. A partir da terceira fase já foi possível a organização dos dados a partir dos relatórios do próprio núcleo.

Essa apresenta como características alteração em sua nomenclatura, que incorpora mais um P, passando a se chamar NAPPS, pois o aspecto pedagógico agora é agregado ao Psicossocial. Nesse período as ações ainda estão centralizadas no Campus Farolândia, porém o foco das ações está no atendimento a alunos com dificuldades de aprendizagem, com deficiências ou em situação de conflito.

Para dirimir as dificuldades no aprendizado é ofertado serviços de Tutoria, onde os professores disponibilizam horas/aulas para tirarem dúvidas dos alunos. São elencadas as disciplinas com maior índice de reprovação e indicadas pela então Pró-Reitoria de Graduação. Essa fase vai de 2009 a Junho de 2010. Sua estrutura conta com 1 Coordenador-Professor Jorge Renato Johan e como Vice-Coordenador o professor Daniel Neves. Nessa fase o NAPPS não dispõe de Assistente Social ou Psicólogo. O atendimento Psicossocial é feito pelos Professores Renato Johan e Daniel Neves.

A quarta fase que vai de Setembro de 2010 aos dias atuais, conta com 1 Coordenação, por meio da professora e Assistente Social Kátia Maria Araujo Souza e como Vice-Coordenadora a Psicóloga Ana Olívia Freire Sotero. Mantém a proposta da fase anterior, absorve o acompanhamento ao programa de monitoria da instituição e estende a ação ao Campus Centro e em parceria com o CAEPS do Curso Serviço Social, se lança nos Campi de Estância, Itabaiana e Propriá.

O atendimento social nos campi do interior fica sob a responsabilidade das Coordenadoras adjuntas do Curso Serviço Social naquelas localidades e o atendimento psicológico assim definido: 2010/2 Estância – Professora Jarbene de Oliveira Silva; Itabaiana e Propriá – Professora Ariane Brum de Carvalho. Em 2011/1, o professor Ramón Sergio Souza atende Estância e Itabaiana e a professora Ariane Brum de Carvalho atende o campus Centro e Propriá.

No exercício de 2011/2, o atendimento social na Farolândia e Campus Centro ficam sob a responsabilidade da Profa. Katia Araujo, nos campi do interior com as Coordenadoras Adjuntas do Curso de Serviço Social. O atendimento de Psicologia fica no Campus Centro sob a orientação da Profa. Ana Olívia Sotero e no Campus Propriá com a Profa. Ariane Brum de Carvalho.

Para os atendimentos com Psicopedagogas, sempre que necessário, requisita-se uma profissional da Diretoria de Graduação, embora já tenha sido autorizada a ampliação de carga horária de tutores do EAD para os campi do interior.

O Núcleo de Atendimento Pedagógico e Psicossocial atende gratuitamente os alunos e familiares, buscando a integração escola-aluno-família, é um setor multiprofissional e que engloba o Serviço Social na Educação, estando vinculado diretamente à Pró-Reitoria Adjunta de Graduação (PAGR). O público alvo é o corpo discente, alunos da Graduação e Pós Graduação, pais de alunos e colaboradores.

O NAPPS tem como objetivo promover o desenvolvimento integral do discente e dos colaboradores, por meio de ações isoladas ou conjuntas com seus familiares, visando o aperfeiçoamento individual e o melhor desempenho no processo de ensino/aprendizagem, desenvolvendo possivelmente os serviços como o atendimento psicossocial individual a alunos, colaboradores e família; atendimento individual e/ou grupal aos discentes por meio de professores tutores e as orientações voltadas para o mercado de trabalho e orientação profissional.

As atividades de Monitoria são desenvolvidas por alunos selecionados por Edital, acompanhados por Professores Orientadores, cabendo ao NAPPS uma atividade administrativa complementar, de análise e sistematização de dados em conjunto com a Assessoria da PAGR.

As atividades de Tutoria, tanto podem ser realizadas no espaço do NAPPS – 2º Piso da Biblioteca, como nos Laboratórios dos Cursos, a depender da realidade do Curso e da Disciplina.

O Professor Tutor preenche uma Ficha de Atendimento, de acordo com seu dia e horário de Tutoria. A carga horária é de 2h aula para cada professor. O professor atende os alunos tanto de forma presencial como a distância, utilizando o Chat ou Foro no Portal Magister. O objetivo é de dirimir as dúvidas dos alunos em relação aos conteúdos de forma a abrir um canal de comunicação permanente entre professor/aluno, facilitando o processo de aprendizagem.

O Atendimento Psicossocial, também, tem como foco da ação atender ao aluno em sua dimensão humana, buscando atenuar as dificuldades tanto no processo de ensino/aprendizagem, como no de avaliação, que deve observar as especificidades dos alunos, como na resolução de conflitos que acabam por intervir nos resultados da aprendizagem. Igualmente, está sendo priorizada uma atenção especial a alunos com deficiências ou dificuldades, pois além de se atender o que preconiza a legislação em termos de inclusão, esta IES tem um compromisso com o cidadão e a sociedade. Conta-se hoje com 46 (quarenta e seis) professores tutores; 89 (oitenta e nove) monitores remunerados e 34 (trinta e quatro) monitores voluntários.

A Equipe técnica é formada pela Coordenadora – Assistente Social, contanto com 1 Psicóloga com 12h semanais no Campus Farolândia e atendendo ao campus Centro de acordo com a demanda, 1 Psicóloga no Campus Estância, com atendimento de 4h semanais. Se está aguardando a confirmação de 1 Psicopedagogo para o Campus Farolândia e Centro, também com 4h semanais e a indicação de 2 Psicólogos, com 4h semanais, sendo 1 para o campus Itabaiana e 1 para o campus Propriá. Nos Campi do Interior o atendimento social é feito pela Coordenadora Adjunta do Curso de Serviço Social, que são assistentes Sociais e atendem no Centro de Atendimento, Estudo e Pesquisa em Serviço Social (CAEPS). Na sede do NAPPS no Campus Farolândia, conta-se ainda com uma Secretária, nos turnos manhã e tarde e uma Estagiária de Serviço Social no turno da noite, de forma a que se possa estar sempre disponíveis para atender à demanda.

#### 4.1 O SERVIÇO SOCIAL DO NAPPS

As ações do serviço social aqui são definidas em duas áreas: gestão e específica. Na área de gestão é desenvolvido o acompanhamento das tutorias; disponibilização dos espaços; atendimento ao estudante e análise dos atendimentos (horário de maior procura, disciplina, tutor mais requisitado), de forma a possibilitar um redirecionamento das ações para o próximo período; acompanhamento das monitorias que é por meio dos instrumentais (folhas de frequência, atividades desenvolvidas, avaliação do monitore do orientador), verificando as fragilidades e onde se poderá melhorar o atendimento ao aluno com deficiência, desta forma levantamento do nível de conhecimento e de satisfação dos alunos em relação ao NAPPS de forma a direcionar novas ações como: o acompanhamento e avaliação dos atendimentos pedagógicos e psicossociais em busca de parcerias: CAPS, Adevis, Fundação Dorina Will ou outros, para atendimento a alunos com dificuldade ou deficiência.

O acompanhamento junto aos coordenadores adjuntos do curso de serviço social e que assumem concomitantemente o NAPPS sobre os serviços ofertados nos campi do interior. Acompanhamento das ações do NAPPS no campus centro (triagem e acompanhamento com psicólogo) com a verificação de situações que necessitem de adequações para atendimento a alunos especiais; para ter esse controle e conhecimento são necessárias reuniões sistemáticas com a diretoria de graduação, de forma a manter um fluxo de informações e acompanhamento com a elaboração de relatórios mensal e semestral, bem como do plano de ação para o semestre seguinte.

Já na área específica o desenvolvimento acontece da seguinte forma, com a *Triagem* – atendimento ao aluno que procura apoio pedagógico ou psicossocial. *Acolhimento* – demanda induzida (enviada pelo curso) ou espontânea (quando o próprio aluno procura). *Encaminhamento* – ao psicólogo centro de psicologia da UNIT CAPS, ou outro setor. *Levantamento* – dos alunos com deficiência (de qualquer tipo) ou dificuldade de aprendizagem, de forma a possibilitar a acessibilidade, efetivação da legislação e inclusão em parceria com outros cursos. *Pesquisa* – por amostragem de alunos ingressantes para a identificação de demandas para o NAPPS (Pesquisa – ação). *Reunião* – com coordenadores e professores que tenham alunos com deficiência ou dificuldades, discutindo formas de atendimento e avaliação. *Supervisão* – de estagiários de serviço social. *Elaboração* – de instrumentais. É quando sai da teoria que é feita na gestão e tudo é colocado em prática.

Diante de todo esse planejamento e adequação para desenvolver um excelente trabalho não se deve esquecer essas observações. É comum se ouvir falar do serviço social apenas quando da atuação junto ao usuário de forma direta e esquecer que a área administrativa gerencial de uma unidade como esta é, também, de competência do serviço social, tanto que na matriz curricular existe uma disciplina intitulada: Administração e Planejamento em Serviço Social, que é de extrema importância ter o conhecimento da política nacional de educação, especialmente sobre: Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e outros.

Como também da legislação sobre acessibilidade e inclusão, não podendo deixar de enfatizar a política de saúde – atendimento ao deficiente e com dificuldades de aprendizado – conhecimento da rede de proteção à saúde e ainda, da política de assistência social – rede de atendimento socioassistencial. Entretanto ante a presença de alunos com as mais diversas necessidades e dificuldades, é necessário o atendimento em conjunto com o psicólogo e o psicopedagogo.

## 5 CONCLUSÃO

A sociedade brasileira se compõe na diversidade de culturas. Há atualmente uma grande preocupação em respeitar essa diversidade, abonar direitos, buscar recursos para que toda a população possa viver com dignidade no Brasil. Precisa-se de uma sociedade aberta a todos, que respeite os interesses de todos os seus cidadãos, uma sociedade preparada para a diversidade, onde todas as pessoas estejam incluídas, vivendo com dignidade.

Quando se foca a educação como um artifício que vai ajudar ao longo da vida, precisam-se quebrar barreiras para o preconceito, ampliando a socialização. Como futuros pedagogos devem estar atualizados para as necessidades de cada aluno, já que eles são vistos de forma singular, contribuindo para a igualdade, valorizando a formação de cada indivíduo, despertando o interesse de cada aluno.

A grande importância deste trabalho foi identificar as dificuldades dos alunos que sofrem com alguma deficiência e saber se as universidades contribuem para essa formação capacitando os professores para lidar com os mesmos.

Ao longo do tempo esses alunos buscam pelos seus direitos na sociedade, principalmente dentro das escolas e universidades, visto que o interesse maior é ter acesso ao conhecimento por meio de pessoas capacitadas para lidar com alunos deficientes ou não, sabendo ajudar cada indivíduo de forma impar.

A Universidade Tiradentes investe na socialização defendendo os direitos dos alunos, promovendo conhecimento e quebrando preconceitos incluindo os alunos, independente das suas dificuldades, abrindo portas para a acessibilidade.

Pode-se concluir que a UNIT incorporou algumas características de acessibilidade física, tais como: corredores amplos, portões e portas pelas quais podem passar usuários de cadeira



de rodas, cuidado com desníveis que foram providos por rampas e, capacitando os professores a lidar com os alunos.

Enfim, o trabalho permitiu a reflexão sobre uma série de questões importantíssimas em torno do assunto. Também, por meio das obras lidas, observa-se que a busca pela igualdade na educação vem sendo trabalhada, mesmo enfrentando algumas dificuldades, fazendo com que alunos e professores busquem um melhor aprendizado. Com o tempo as necessidades especiais de alguns jovens e adultos passarão a ser vistas como prioritárias, a partir do momento em que as pessoas estejam conscientizadas dessa diversidade, passando a respeitar as dificuldades de cada “ser”, ciente de que ser diferente é normal.

## REFERÊNCIAS

AQUINO, Mirian de Albuquerque. **Educação e cultura:** aprender a viver juntos para reconhecer a diferença. UFPB, [s.d.]. Disponível em: <<http://www.ldmi.ufpb.br/mirian/ARTIGO-EDUCA%C7%C3O%20E%20DIVERSIDADE.pdf>>. Acesso em: 10 maio 2012.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9050** – Acessibilidade de pessoas portadoras de deficiência a edificações, espaço, mobiliário e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro: ABNT, 1994.

BRASIL. **Direito à educação:** subsídios para a gestão dos sistemas educacionais - orientações gerais e marcos legais. Brasília: MEC/SEESP, 2004.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA. Espanha, 1994, [n.p.]. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/txt/salamanca.txt>>. Acesso em: 20 maio 2012.

MEC. Ministério da Educação. **Portaria Nº 3.284, de 7 de novembro de 2003.** Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/port3284.pdf>>. Acesso em: 15 abr. 2012.

MITTLER, Peter. **Educação inclusiva:** contextos sociais. Trad. de Windyaz Brazão ferreira. Porto Alegre: Artmed, 2003.

SANTOMÉ, Jorjo Torres. As culturas negadas e silenciadas no currículo. In: SILVA, Tomaz Tadeu (Org.). **Alienígenas na sala de aula.** Uma introdução aos estudos culturais em educação. Petrópolis: Vozes, 1995.

SKLIAR, C.(Org.). **Educação e exclusão:** abordagens sócio-antropológicas em educação especial. Porto Alegre: Mediação, 1999.

---

**Data do recebimento:** 29 de julho de 2012

**Data da avaliação:** 2 de janeiro de 2014

**Data de aceite:** 13 de janeiro de 2014

---

1. Graduada em Pedagogia pela Universidade Tiradentes – UNIT. E-mail: liiz20@yahoo.com.br

2. Graduado em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Sergipe (2005) e mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Sergipe (2009). Atualmente é professor da Instituição Dom Fernando Gomes, tutor do Centro de Educação Superior a Distância - UFS e professor adjunto da Universidade Tiradentes. Tem experiência na área de Ciências Sociais, com ênfase em Sociologia, atuando principalmente nos seguintes temas: práticas participativas, poder, sociabilidade, cidadania e exclusão social. E-mail: edsonpslima@hotmail.com